



AOFA



Associação de Oficiais
das Forças Armadas

COMUNICADO

(2012NOV04)

ASSUNTO: UM POSSÍVEL CONTRIBUTO DE MILITARES PARA A “REFUNDAÇÃO”

1. Ancorado nas imposições da troika, o Sr. Ministro da Defesa Nacional (MDN), no âmbito do que alegadamente são as suas competências, outra coisa não tem feito que encontrar e promover as acções que mais e melhor possam reflectir a vontade dos que, em nosso entender, estão apostados, antes de mais, em defender outros interesses que não os que o seu cargo lhe impunha que acautelasse.
2. Cientes que estamos de que a desconsideração para com os militares e as necessidades das Forças Armadas o antecederam (alteração estatutária das situações de reserva e reforma, ADM, suborçamentação, remunerações, etc.), a verdade é que a continuidade agravada de idêntica postura, carregando ainda mais nas medidas da mesma natureza ou inovando com outras formas de prosseguir aquele caminho, configura já uma situação de ostensiva falta de respeito à dignidade dos militares e uma clara indiferença pela descaracterização e desarticulação da Instituição que honrada e abnegadamente servimos.
3. Servimos, sim! Não nos servimos!
4. E se a degradação das condições em que servimos tem vindo a ser concretizada através de um sem número de medidas por demais já denunciadas, não bastava tal terramoto, uma vez que, com o Governo que integra, faz desabar agora sobre nós um autêntico *tsunami* materializado em medidas inscritas na proposta de Orçamento do Estado para 2013 (OE/2013), entre outras:
 - A alteração ao Decreto-Lei nº 166/2005, de 23 de Setembro, consubstanciando uma gravosa modificação ao que se verificara já em 2005, relativamente às condições de passagem à reserva e reforma, numa lógica de uma ainda mais violenta penalização dos militares;
 - O cancelamento do desconto em transporte de caminho-de-ferro (*a título de exemplo, cita-se o caso de um militar que, residindo em Lisboa, tenha que se deslocar para a área militar de Tancos onde se encontra colocado: será obrigado a despende mais de 200 euros/mês no transporte, retirando-os de um orçamento familiar já exaurido pela extorsão a que tem vindo a ser sujeito*);
 - A continuação de cativação de verbas da Lei de Programação Militar e o conseqüente congelamento e cancelamento de programas de reequipamento das Forças Armadas;

- Todo um conjunto de malfeitorias que já alguém classificou de “*napalm fiscal*” lançado sobre os contribuintes;
 - O imoral esbulho das pensões aos que contribuíram uma vida inteira para delas usufruírem;
 - O Fundo de Pensões dos Militares das Forças Armadas, com a espada de Dâmocles pairando permanentemente sobre a sua sobrevivência;
 - A continuada suborçamentação das Forças Armadas e a redução de efectivos (QP, RC, RV), amputando-as de meios e condições para o cumprimento das missões que lhes estão cometidas, com frustrantes reflexos sobre os que têm responsabilidades aos mais diversos níveis (*insuficiência de recursos para acorrer a despesas de funcionamento, de manutenção de equipamentos e com operações, formação e treino*);
 - A redução das transferências para a ADM e IASFA, no âmbito da saúde e Acção Social Complementar com as nefastas consequências daí advenientes,
 - Etc.
5. Enfim, Sr. Ministro da Defesa Nacional, o rosário poderia continuar a ser desfiado, objectivando a inoperância ou, mais grave ainda, a efectiva competência com que tem vindo a penalizar os militares e a indiferença com que vem assistindo à desarticulação e desmantelamento das Forças Armadas e, conseqüentemente, de um pilar fundamental do Estado Português.
6. Por isso e tendo presente a tão proclamada “refundação” anunciada pelo Senhor Primeiro-Ministro, face à triste realidade a que as Forças Armadas e aqueles que honradamente as servem têm sido sujeitos nos últimos tempos, pese embora a existência de um ministro e de um ministério da defesa, há até já quem defenda o desaparecimento da estrutura do Ministério da Defesa Nacional, o que acarretaria uma significativa poupança na despesa do Estado, e que Sua Exa. o CEMGFA passasse a despachar directamente com Suas Excelências o Sr. Primeiro-Ministro ou o Sr. Ministro de Estado e das Finanças, conforme as matérias a tratar.
7. Para nós, basta-nos recordar que Portugal soberano reclama umas Forças Armadas dignas e militares respeitados!

O Presidente
Manuel Martins Pereira Cracel

Coronel